



XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção
São Paulo, 21 a 23 de Setembro de 2016

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: O PAPEL DA UNIVERSIDADE COMO LABORATÓRIO PARA AS CIDADES¹

ROMERO Marcelo de A. (1); KRONKA MÜLFARTH Roberta C. (2)

(1) FAUUSP, e-mail: maromero@usp.br (2) FAUUSP, e-mail: rkronka@usp.br

RESUMO

A Universidade de São Paulo (USP) é a maior e uma das mais prestigiadas universidades na América do Sul com uma comunidade de aproximadamente 150 mil pessoas. A USP possui 14 campi espalhados pelo Estado de São Paulo e um orçamento anual de 250 milhões de dólares, totalmente financiado pelo estado de São Paulo. Há quase 20 anos, a USP iniciou suas ações na área da sustentabilidade e na redução de impactos ambientais. Devido ao seu imenso tamanho tornou-se necessária a definição de políticas ambientais para os campi antes de tomar qualquer iniciativa e de estabelecer indicadores e metas. Há aproximadamente dois anos, a USP iniciou um abrangente Plano de Gestão Sustentável. Coordenado pela Superintendência de Gestão Ambiental da Universidade (SGA), a partir das seguintes fases: 1) Definição das Políticas Ambientais da Universidade (Novembro 2015); 2) Definição dos Planos Gestores Sustentáveis (Setembro 2016); 3) Planos Diretores com 11 capítulos temáticos para cada campus (Julho 2017); 4) Programas sustentáveis de cada faculdade ou departamento (Dezembro 2017). Todas essas ações estão em andamento e possuem previsão de término para Dezembro de 2017. Esse trabalho tenta apresentar as metodologias desenvolvidas para alcançar essas metas e os resultados atingidos até o momento.

Palavras-chave: Sustentabilidade campus universitário. Políticas. Planos de sustentabilidade. Diagnóstico de sustentabilidade.

ABSTRACT

The University of Sao Paulo (USP) is the largest and one of the most prestigious university in South America with a population of nearly 150,000 people. The USP has 14 campuses around the state of Sao Paulo and an annual budget of US\$ 250 million, totally supported by the State of Sao Paulo - Brazil. Almost twenty years ago, USP started its actions in the area of sustainability and reductions of their environmental impacts. Due to its immense size, it was necessary to define environmental policies for all campuses prior to decision-making and the establishment of indicators and targets. Nearly two years, USP initiated a comprehensive Sustainability Management Plan. Coordinated by the Superintendence of Environmental Management of the university (SGA), this plan was designed into the following phases: 1) Definition of an Sustainability Issues Policy for the university (November 2015); 2) Sustainability Issues Plans definition (September 2016); 3) Sustainability Masterplans with 11 thematic chapters for each campus (July 2017); 4) Sustainability Programs of each school or departments (December 2017). All these actions are ongoing and the deadline for its

¹ ROMERO, Marcelo de; KRONKA MÜLFARTH Roberta C. O processo de elaboração das políticas ambientais da universidade de São Paulo: o papel da universidade como laboratório para as cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2016..

completion is December 2017. This work intends to present the methodologies developed to achieve these goals and the results already achieved.

Keywords: University campus sustainability. Policies. Sustainability plan. Sustainability diagnosis.

1 INTRODUÇÃO

Em 2010 o Brasil, dada a crescente visibilidade das condições ambientais, promulgou-se a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A principal finalidade dessa extensa política é a internalização dos custos e obrigações de produtores e consumidores, estabelecendo e promovendo uma inversão de logística e de gestão de materiais (JABBOUR, 2013).

Devido a esse requisito da Lei, USP organizou em 2012, um Grupo de Trabalho (GT) a fim de se adaptar às exigências de PNRS. Embora este processo não esteja finalizado, a estrutura da política de resíduos sólidos USP segue as diretrizes estabelecidas pela PNRS:

- 1ª fase: Definição de uma política (sujeito e aplicações, definições, princípios, diretrizes, disposições preliminares; ferramentas de gestão, ferramentas administrativas e financeiras, responsabilidades e proibição);
- 2ª fase: Definição de um Plano de Gestão de Políticas (metas e indicadores);
- 3ª fase: Definição de ações (ações por Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ).

Juntamente com as obrigações do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, a Universidade de São Paulo criou em 2012, a Superintendência de Gestão Ambiental - SGA. O principal objetivo da SGA é planejar, implantar, manter e promover a sustentabilidade ambiental nos 14 campi e nas áreas de pesquisa.

Em seu segundo mandato (2014) iniciou-se o processo de construção do "USP Ambiental" com base na estrutura da Política de Resíduos Sólidos da USP, orientada pela PNRS.

2 PLANOS DE SUSTENTABILIDADE

No processo de incorporação das variáveis de sustentabilidade pelos agentes da sociedade é válido mencionar o papel das universidades, que em sua função primária de construção do conhecimento, tem o dever de fortalecer seu papel de intermediário entre governo local e sociedade, não apenas promovendo fóruns de discussão, mas principalmente como um importante agente frente a essas mudanças (Kronka Mülfarth, 2006).

De acordo com Environmental Protection Agency EPA (2015), Planos de Sustentabilidade são planos desenvolvidos por uma organização ou governo para atingir metas que promovam sustentabilidade ambiental, comunitária e financeira. Esses planos delimitam metas que são particulares para a

organização em questão. O plano vai também estabelecer diretrizes para atingir e mensurar o impacto desses objetivos.

Adicionalmente às iniciativas dessas universidades é importante notar que há também ações conjuntas com o objetivo de não apenas fortalecer o papel das universidades, mas de ajudar na adoção de diretrizes, metas e ações em direção a campi mais sustentáveis. A criação de redes de universidades, não só tem ajudado neste processo, mas também são importantes fóruns de discussão sobre a implementação de referências mais sustentáveis.

O *ISCN – Rede Internacional para Campi Sustentáveis* (2016), fundada em 2007, com mais de 70 universidades de mais de 20 países em 06 continentes, é um exemplo. A ideia de network não é apenas para ajudar as universidades com a implementação do desafio do plano de sustentabilidade, mas também para prover um fórum global para auxiliar as faculdades à frente do plano, universidades, e campi corporativos na troca de informações, ideias, e melhores práticas para alcançar ações sustentáveis no campus e integração da sustentabilidade à pesquisa e ao ensino.

Outro exemplo é *WC2 – World Cities World Class University Network* (Stiasny, 2013). A rede foi desenvolvida com o objetivo de agrupar as melhores universidades localizadas no coração das maiores cidades do mundo a fim de tratar questões culturais, ambientais e políticas de interesse comum às cidades globais e suas universidades. Promovendo interações próximas entre universidades, governos locais e comunidades empresariais, WC2 vai ajudar a criar um fórum onde universidades podem ser mais sensíveis às necessidades de seus colaboradores no contexto de cidades globais.

A *Parceria Global de Universidades em Meio Ambiente para a Sustentabilidade (GUPES)* é um dos programas da UNEP Unidade de Formação para Educação Ambiental (EETU). GUPES foi o resultado de um fórum consultivo organizado pela UNEP e seus parceiros para deliberar sobre formas de elevar o engajamento da UNEP com as universidades. Atualmente, mais de 680 universidades e parceiros locais/pontos focais dos cinco diferentes continentes como parte do crescimento da rede de contatos da GUPES (UNEP 2013).

ARIUSA é uma rede de redes de universidades ambientais criada em Bogotá em outubro de 2007 cujo propósito é promover e apoiar a coordenação de ações no campo de educação ambiental superior, bem como cooperação acadêmica e científica entre Redes de Universidades para Meio Ambiente e Sustentabilidade (Sáenz, 2014).

A rede *RISU - Red De Indicadores De Sostenibilidad En Las Universidades* é um exemplo importante não apenas para promover a troca de experiências no estabelecimento de indicadores das universidades participantes, mas também por coletas periódicas de informações para que as universidades definam suas metas (Álamo, 2015).

O Projeto RISU “Definindo indicadores para avaliar a implementação da sustentabilidade nas Universidades Latino Américas” foi proposto pelo Instituto de Pesquisa para Educação Superior e Ciência (INAECU Institute) em colaboração com a Red de Indicadores de Sostenibilidad Universitaria (RISU) da ARIUSA e com financiamento do Centro de Estudios de América Latina na Universidad Autónoma de Madrid (UAM) e Banco Santander, e apoio da GUPES América Latina.

No total, 65 universidades distribuídas em 10 países da América Latina (Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Guatemala, México, Peru, República Dominicana e Venezuela) participaram de forma voluntária no projeto. Os países com maior representação no estudo são México com 15 universidades, Brasil com 13 universidades e Chile com 10. O número de universidades nesses 3 países represente 50% da amostra. É importante notar que esses países tem um maior número de universidades comparado com o resto dos países participantes (Álamo, 2015).

Em relação à Política de Sustentabilidade no Projeto RISU, é importante observar que apenas 35% das universidades tem um plano de comunicação associado com suas políticas ou estratégias de sustentabilidade e ainda uma pequena proporção das universidades (30%) tem um comite de sustentabilidade ou conselho com estudantes, acadêmicos e equipe de apoio que pode inspecionar e monitorar a implementação de políticas de sustentabilidade (Álamo, 2015).

3 POLÍTICA AMBIENTAL DA USP

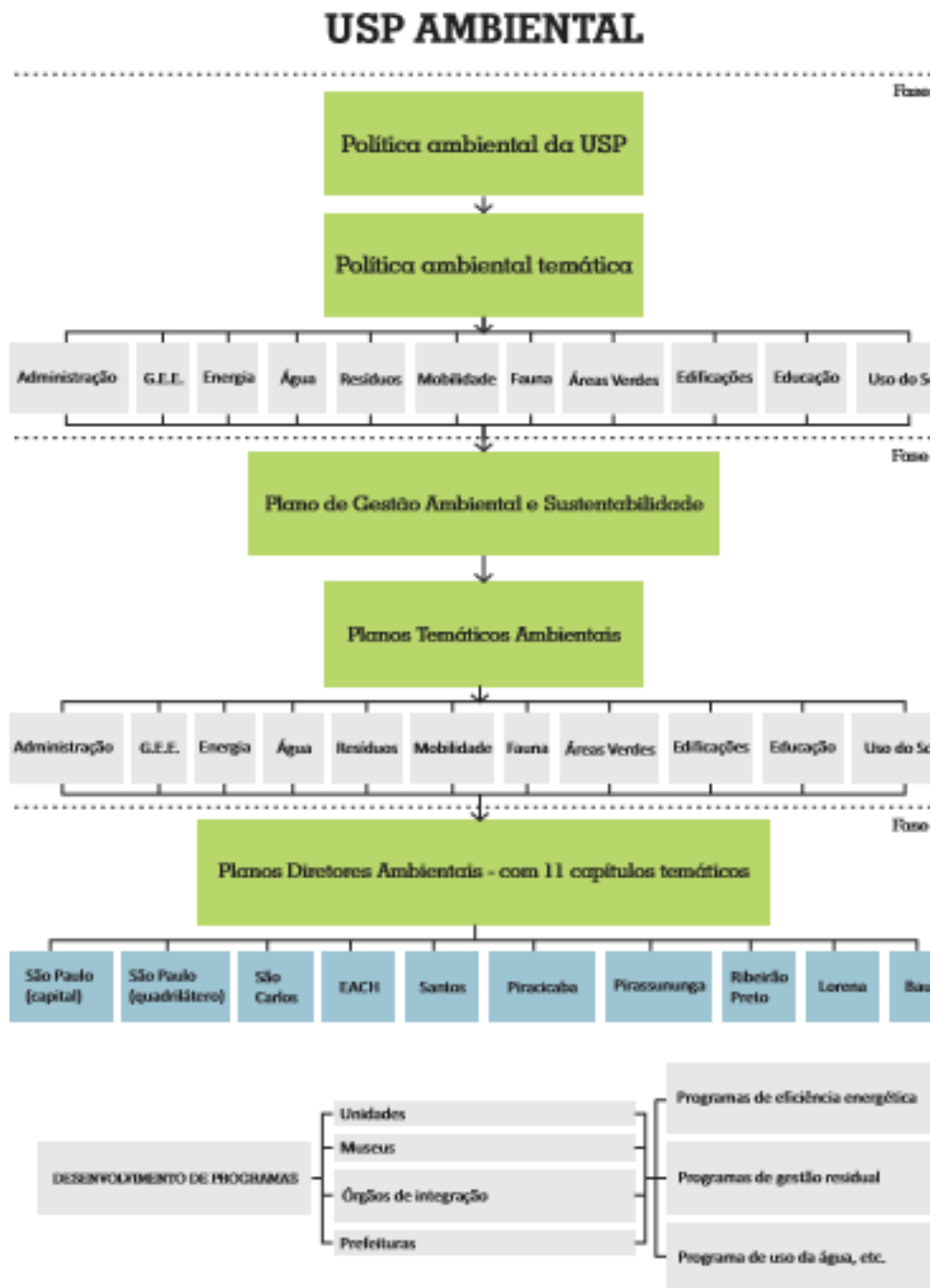
Com base no contexto descrito anteriormente, a USP, estando consciente da importância do estabelecimento de uma Política Ambiental, decidiu desenvolver as Políticas Ambientais baseando-se na estrutura proposta pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Como uma autarquia, a USP optou por adotar a mesma estrutura e princípios da PNRS. Consequentemente, o cronograma para a construção das Políticas Ambientais ficou definido em quatro fases:

- Fase 01 – Definição das Políticas Ambientais da Universidade
- Fase 02 – Definição dos Planos Gestores Temáticos Sustentáveis
- Fase 03 – Planos Diretores com 11 capítulos temáticos para cada campus
- Fase 04 – Programas sustentáveis de cada faculdade ou departamento

Atualmente a USP encontra-se na finalização da fase 02.

Figura 01: Organograma de implantação do USP Ambiental



Fonte: (elaboração própria)

3.1 Fase 01 – Definição das Políticas Ambientais

A Política Ambiental da USP foi dividida em 11 + 01 seções, 11 políticas temáticas e 01 política de gestão das demais políticas temáticas, como indicado a seguir:

1. Sustentabilidade na Administração;
2. Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e de Gases Poluentes;
3. Energia;
4. Água e Efluentes;
5. Resíduos Sólidos;
6. Mobilidade;
7. Fauna;
8. Áreas Verdes e Reservas Ecológicas;
9. Edificações Sustentáveis;
10. Educação Ambiental;
11. Uso e Ocupação Territorial; e
12. Política Ambiental na Universidade.

A última, Política Ambiental na Universidade, organiza as políticas temáticas nos termos da estrutura administrativa da USP.

A partir dessa subdivisão, foram constituídos 12 grupos de trabalho (GT), envolvendo cerca de 300 pessoas incluindo docentes, alunos e funcionários, que foram responsáveis pela elaboração de 12 documentos que seguem a seguinte estrutura:

- Objetivo e Campo de Aplicação;
- Definições;
- Princípios;
- Orientações;
- Metas;
- Disposições Preliminares;
- Ferramentas de Gestão;
- Ferramentas Administrativas e Financeiras;
- Responsabilidades; e
- Proibições.

A elaboração das minutas das Políticas Temáticas ocorreu no período de setembro de 2014 a outubro de 2015, mediante as seguintes etapas:

- a) identificação de temas ambientais considerados de maior relevância para a USP;
- b) convite e formalização dos GTs junto aos dirigentes dos campi, com a mobilização de cerca de 200 participantes;
- c) definição de acordos e princípios para elaboração das minutas de forma participativa, com respeito às diversidades dos campi, e, considerando, ainda, as iniciativas existentes;

- d) estruturação de modelo padrão para redação das políticas;
- e) realização de encontros periódicos (quinzenais e/ou mensais) entre membros dos GTs;
- f) realização de quatro encontros com os coordenadores do GTs;
- g) realização de encontros com Prefeitos e Presidentes de Conselhos Gestores dos campi;
- h) realização de workshop para apresentação e discussão das políticas temáticas para todos os dirigentes, docentes e servidores técnicos e administrativos da USP e, ainda, para especialistas externos;
- i) apresentação das políticas temáticas para convidados de universidades internacionais, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de São Paulo e do Presidente da FAPESP.

Os GTs, possuem como princípios básicos: a racionalidade e a responsabilidade no uso dos recursos naturais e econômicos, a visão sistêmica e interdisciplinar, a prevenção e a precaução, a cooperação, o acesso à informação, a conscientização, a utilização das melhores tecnologias disponíveis, a transparência, a participação de toda a comunidade, o desenvolvimento de uma visão interseccional e interdisciplinar, considerando as diversas dimensões afetadas pela administração da Universidade.

Essa fase foi concluída em Novembro de 2015 e estabeleceu as seguintes políticas da USP:

3.1.1 Política Ambiental na Universidade

A Política Ambiental da Universidade foi criada pela necessidade de um documento que norteasse e legitimasse as ações socioambientais na Universidade de São Paulo, de forma a promover uma gestão ambiental mais eficiente e em acordo com os princípios da Universidade. Os temas abordados são: administração, água e efluentes, áreas verdes e reservas ecológicas, edificações sustentáveis, educação ambiental, emissões de gases do efeito estufa e gases poluentes, energia, gestão de fauna, mobilidade, resíduos e uso e ocupação territorial.

Dessa forma, a Política Ambiental da USP será a base para orientar a formulação do Plano de Gestão Ambiental, dos Planos de Gestão Ambiental Temáticos e dos Planos Diretores Ambientais. Assim, através do estabelecimento de objetivos e metas decorrentes do diagnóstico, esses documentos estabelecerão uma estrutura melhor definida para a gestão ambiental da Universidade.

Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- o Sistema Corporativo Informatizado de dados e monitoramento ambiental;
- monitoramento e controle de desempenho ambiental;
- a cooperação entre Unidades e com a sociedade como um todo;

- processos educativos continuados;
- as certificações ambientais, bem como os estudos necessários para consegui-las; e
- a realocação de recursos humanos e financeiros para a gestão ambiental.

3.1.2 Política de Sustentabilidade na Administração

Foi criada com o intuito de reduzir os impactos ambientais das atividades administrativas da Universidade, estabelecendo definições, critérios e metas que norteiem a atuação da Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE) e de todos os órgãos administrativos de forma a se adequarem ao compromisso da Universidade de São Paulo com a pauta ambiental. Objetivos principais são:

- instituição de alíneas orçamentárias promovendo o cumprimento desta Política;
- a desburocratização dos processos administrativos;
- priorização da aquisição de bens com maior vida útil e com menor custo de manutenção; e
- sistemas eletrônicos como o Sistema da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) e o Sistema Corporativo Informatizado de dados ambientais da USP, além de estudos como o Catálogo Socioambiental e os estudos técnicos de serviços terceirizados (CADTERC) realizados pelo Governo do Estado de São Paulo;

3.1.3 Política de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e de Gases Poluentes

Foi criada tendo em vista a necessidade da Universidade de se adequar à legislação, como a Política Nacional de Mudança do Clima, devendo, portanto, elaborar políticas para a prevenção e mitigação de gases poluentes e de efeito estufa. Objetivos principais são:

- avaliação de impactos ambientais;
- licenciamento ambiental;
- a formação socioambiental da comunidade USP;
- o diagnóstico e monitoramento das emissões da Universidade, com um acompanhamento da sua redução com indicadores; e
- adotar medidas de prevenção, mitigação e adaptação face às mudanças climáticas.

3.1.4 Política de Energia

Foi criada para promover o estudo da questão energética da USP, tendo em vista que é vital que sua gestão deve priorizar a conservação e o uso racional, além de cumprir as determinações legais, como o previsto na Política Nacional de Energia, na Política Nacional de Eficiência Energética e nas normas pertinentes editadas pelos órgãos competentes. Objetivos principais são:

- realização de um diagnóstico completo sobre a situação da energia na Universidade, incluindo indicadores e inventários; e
- o Programa de Eficiência Energética conduzido pela SEF – Superintendência dos Espaços Físicos e pela SGA.

3.1.4 Política de Água e Efluentes

Foi criada pelo reconhecimento da escassez de água e a consequente necessidade de racionalização do seu uso, além da preservação dos corpos d'água. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- um diagnóstico geral incluindo indicadores de qualidade, de lançamento de efluentes, de consumo e perdas de água;
- as certificações de desempenho e de qualidade ambiental;
- o controle das outorgas de direito de uso de recursos hídricos; e
- proibição do uso de água subterrânea, de água superficial, de água de reuso e o lançamento de efluentes em corpos d'água sem a devida outorga dos órgãos competentes e sem que seja apresentado um estudo adicional.

3.1.5 Política de Resíduos Sólidos

Foi criada em decorrência da imprescindibilidade de uma gestão de resíduos sólidos em acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de forma a reduzir impactos ambientais dos bens descartados das atividades humanas, incluindo os resíduos perigosos. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- inventários de resíduos;
- coleta seletiva; e
- continuidade dos processos educativos.

3.1.6 Política de Mobilidade

Foi criada pela percepção da necessidade de melhorar a mobilidade nos campi e entre os campi, de forma que estes possam realizar a missão da Universidade e suas atividades regulares. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- estabelecer uma integração com o entorno e entre os meios de transporte;
- priorização dos meios de transportes não motorizados e público coletivo, desestimulando o uso do transporte individual motorizado;
- incentivo à mobilidade ativa através de infraestrutura adequada de forma a promover o uso dos meios de transporte considerados mais adequados pela Universidade por favorecerem a saúde, o bem-estar e o convívio social; e
- incentivo ao desenvolvimento de estudos acerca do tema da mobilidade, além do uso de fontes de energia renováveis e menos poluentes com menor impacto ao meio ambiente e à saúde pública.

3.1.7 Política de Fauna

Foi criada com base na percepção de que, já que os campi abrigam espécies de fauna, as quais interagirão com os seres humanos, há a necessidade de uma política que norteie as ações da administração. Para permitir uma minimização dos riscos da interação humano-fauna, é vital que haja mudanças de comportamento na gestão e manejo da fauna. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- programas de formação socioambiental para a comunidade USP;
- diagnóstico e levantamento da fauna e das interações humano-fauna;
- zoneamento do uso e ocupação territorial dos campi;
- a capacitação e treinamento técnico; e
- a proibição de alimentação de animais, bem como seu abandono ou captura.

3.1.8 Política de Áreas Verdes e Reservas Ecológicas

Foi criada tendo em vista a responsabilidade da Universidade pela proteção do seu patrimônio ecológico, atendendo aos preceitos de sustentabilidade. Ademais, a USP compromete-se com a liderança institucional e a proatividade, bem como ao cumprimento da legislação. A preservação das áreas verdes promove a conservação de recursos hídricos e da biodiversidade, mantém a qualidade do ar e o controle climático, dentre diversos outros benefícios. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- a formação socioambiental da comunidade USP;
- os Planos Diretores Ambientais Urbanos;
- os inventários e mapas, incluindo indicadores; e
- os Planos de Regularização Ambiental.

3.1.9 Política de Edificações Sustentáveis

Foi criada tendo em vista a necessidade urgente da adoção de ações que visem à sustentabilidade das edificações da Universidade, poupando recursos naturais vitais, como água e energia, além de recursos financeiros. Essa racionalização deve ser adotada na manutenção, reforma, restauração ou ampliação das edificações existentes, bem como na que construção de novas edificações.

O GT trabalha com o intuito de promover projetos arquitetônicos que utilizem as condições naturais do local de forma a reduzir a demanda energética e de água, o uso de matérias reciclados ou recicláveis e na menor medida possível, desde que não comprometam a durabilidade da edificação, minimizar a impermeabilização do solo, garantir a acessibilidade universal, bem como a funcionalidade e a segurança do trabalho. Objetiva-se contemplar a saúde, a produtividade, o conforto ambiental e a qualidade do ar dos ocupantes.

Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- a elaboração de uma certificação de desempenho ambiental;
- a formulação de indicadores que avaliem o desempenho térmico, luminoso, acústico e energético, bem como a durabilidade da própria estrutura física; e
- a utilização de normas e técnicas reconhecidas nacional ou internacionalmente.

3.1.10 Política de Educação Ambiental

Foi criada considerando a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, a qual determina que a Educação Ambiental esteja presente em todos os níveis de educação formal, além da sua valorização em outros documentos legais, dentre eles a Constituição Federal. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- formação da comunidade USP como um todo em educomunicação socioambiental;
- fomento a pesquisas e projetos sobre o tema da Educação Ambiental, promovendo o monitoramento e avaliação do progresso, além de sua valorização e divulgação; e
- criação de cursos específicos que considerem o aspecto metodológico da Educação Ambiental.

3.1.11 Política de Uso e Ocupação Territorial

Foi criada tendo em vista a necessidade de atender à legislação, promovendo uma adequada gestão dos terrenos dos campi, além de um uso e ocupação que respeitem o equilíbrio ecológico. Alguns dos meios para alcançar estes objetivos são:

- o monitoramento dos dados no Sistema Corporativo Informatizado da USP, resultando num diagnóstico da questão do uso e ocupação territorial; e
- licenciamento ambiental.

3.2 Fase 02 – Definição dos Planos Gestores Temáticos Sustentáveis

Com a conclusão da primeira fase e dos 12 documentos, Planos Gestores Temáticos para cada política que contêm os detalhes das ações, metas e seus objetivos estão sendo desenvolvidos.

Cronograma: setembro de 2016.

3.3 Fase 03 – Planos Diretores com 11 capítulos temáticos para cada campus

Esses Planos Diretores consideram a diversidade ecológica e urbana de cada local e estarão relacionados com Planos Diretores de cada campus.

Cronograma: Julho de 2017.

3.4 Fase 04 – Programas sustentáveis de cada faculdade ou departamento

Definidas as Políticas Ambientais, os Planos Gestores Temáticos e os Planos Diretores com os 11 capítulos temáticos, será possível identificar as ações e os programas sustentáveis mais pertinentes para cada escola ou departamento.

Cronograma: Dezembro de 2017.

4. CONCLUSÕES

Os planos de sustentabilidade são uma importante ferramenta, principalmente das universidades, com o objetivo de fortalecer seu papel de intermediário entre governo local e sociedade no processo de incorporação das variáveis de sustentabilidade não apenas promovendo fóruns de discussão, mas principalmente como um importante agente frente a essas mudanças.

Na América Latina, apesar da sua importância, a grande maioria das universidades não desenvolveu políticas de sustentabilidade.

Apesar das ações ambientais e sustentáveis na USP terem se iniciado desde a década de 90, foi apenas com a criação de SGA que muitas dessas ações relacionadas à sustentabilidade, que ocorreram de forma desassociada em alguns dos campi da USP, foram oficializadas e tornaram-se parte integrante de um programa oficial para todos os campi.

A Política de Sustentabilidade USP organizou as ações existentes e as futuras e uniu um enorme contingente de faculdades e funcionários em torno da causa ambiental. Com a conclusão da primeira fase, é possível observar que:

- _ há grande coesão entre corpo docente e funcionário a respeito dos problemas de sustentabilidade;
- _ professores e funcionários têm agora grande responsabilidade nas suas ações relacionadas à sustentabilidade; e
- _ após a criação da Política Ambiental da USP ocorreu uma clara definição não só do diagnóstico acerca da universidade, mas, principalmente, sobre a definição de objetivos, metas e prazos.

Com a conclusão da USP Ambiental da Universidade de São Paulo espera alcançar todas as metas durante o seu centenário, em 2034, em comemoração de seu centenário.

REFERÊNCIAS

Álamo, J. B.– RisuProject, **Development of Indicators to assess the implementation of Sustainability Policies in Latin America universities** – Instituto Inaecu, Madrid. (2015)

Delitti, W. E Cerri. D, **Inventário das Emissões de Gases do Efeito Estufa**, São Paulo. Extraído de <http://www.sga.usp.br/?p=2035> . Acesso em maio de 2013.

EPA Environmental Protection Agency, **Strategic Sustainability Performance Plan 2015, EPA, Washington**. Extraído de https://www.epa.gov/sites/production/files/201511/documents/epa_strategic_sustainability_performance_plan_2015.pdf Acesso em setembro de 2015.

Harvard – **Sustainability Plan. Harvard Office of Sustainability, Cambridge**. Extraído de <http://green.harvard.edu/commitment/our-vision> - 2015 Acesso em setembro de 2015.

ISCN International Sustainable Campuses Network, **Demonstrating Sustainable Development in Higher Education, 2016 Sustainable Campus Best Practices from ISCN and GULF Universities**; ISCN Sustainerv, Boston. Extraído de <http://www.international-sustainable-campus-network.org/downloads/general/441-2016-iscn-gulf-best-practice-report/file> Acesso em fevereiro de 2016.

Jabbour, Ana Beatriz L. S., et al, **Brazil´s new national policy on solid waste: challenges and opportunities**, Clean Technology Environmental Policy, Springer-Verlag Berlin Heidelberg. (2013)

Kronka Mülfarth, R. C., A sustentabilidade e a arquitetura, *Arquitetura e Urbanismo Magazine*, v. 147, Sao Paulo, Brasil (2006).

PNRS Política Nacional dos Resíduos Sólidos, República Federativa do Brasil. Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em dezembro de 2010.

Sáenz, O.– **Universidades y Sostenibilidad en América Latina y el Caribe. Informes sobre los Foros Nacionales y Latinoamericano realizados en 2013**, Universidad de Ciencias Aplicadas y Ambientales; BUAS, Bogotá, (2014).

SGA Superintendência de Gestão Ambiental (2016). Extraído de <http://www.sga.usp.br> acesso em janeiro de 2016.

Stiasny, M. and Gore, T., **Going Global: Identifying Trends and Drivers of International Education**, Emerald Group Publishing Limited, UK (2013).

UNEP *United Nations Environment Programme*, Greening Universities Toolkit: Transforming Universities into Green and Sustainable Campuses, A Toolkit for implementers. Extraído de <http://www.unep.org/training/programmes/gupes.asp> Acesso em agosto de 2013.

USP Universidade de São Paulo, Statistical Yearbook. Extraído de <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle> Acesso em fevereiro de 2016.